

# A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA A LEGITIMAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL: reflexões teóricas e conceituais<sup>1</sup>

Emails:  
adrianabsd@gmail.com  
nilianeaguaiar@yahoo.com.br

Adriana Bogliolo Sirihal Duarte, Niliane Cunha Aguiar

## *Resumo*

Este artigo é parte da Tese de Doutorado em Ciência da Informação que está em desenvolvimento, denominada “A percepção dos projetos políticos pedagógicos dos colégios de aplicação das Universidades Federais brasileiras sobre o letramento para a competência informacional em bibliotecas escolares: a necessária legitimação da função pedagógica da biblioteca no contexto educacional”. Neste trabalho, serão apresentadas as reflexões teóricas e os conceitos explorados por uma parte da pesquisa bibliográfica executada, na qual buscou-se compreender a importância da participação da biblioteca e da atuação do bibliotecário escolar no desenvolvimento e na atualização do Projeto Político-Pedagógico das escolas. Observou-se por meio da revisão de literatura elaborada, que tal interação é fundamental para a legitimação da biblioteca escolar como espaço integrante do processo educativo e concluiu-se que a atuação proativa do bibliotecário escolar nas atividades de gestão da escola é essencial para efetivar a inserção dos serviços e produtos oferecidos pela biblioteca escolar no Projeto Político-Pedagógico.

**Palavras-chave:** Projeto Político-Pedagógico; Biblioteca escolar; Bibliotecário escolar.

## *Abstract*

This article is part of a PhD thesis in Information Science that is under development, called "The perception of the pedagogical political projects of the colleges of application of the Brazilian Federal Universities on the text for informational competence in school libraries: the necessity legitimation of the The pedagogical function of the library in the educational context ". In this work, presented as theoretical and conceptual reflections explored by a part of the bibliographic research carried out, in which it was sought, the importance of the participation of the library and the updating of the school librarian not developed and developed in the Political-Pedagogical Project of the schools. It was observed through an elaborated literature review that such interaction is fundamental for a legitimation of the school library as an integral part of the educational process and it was concluded that it is a professional update of the school librarian in the activities of school management and essential for effecting The Insertion of services and products offered by the school library does not Design Political-Pedagogical.

**Keywords:** Political-Pedagogical Project; School library; School librarian.

## *1 INTRODUÇÃO*

Entendendo a necessidade de integração da biblioteca escolar com a proposta pedagógica das escolas e a importância da formação para práticas informacionais autônomas dos estudantes da

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – PPGCI/UFMG

sociedade contemporânea, observa-se urgente a necessidade de reflexões que forneçam aos bibliotecários escolares a formação necessária para atuarem como protagonistas em suas instituições. Como a atual sociedade, e de forma especial, o mercado de trabalho, passou a exigir que os indivíduos desenvolvam habilidades específicas para lidar com a informação, uma vez que se encontra disponível uma abundância informacional nunca antes vista, torna-se necessário estabelecer métodos de aprendizagem para a utilização eficaz das informações oferecidas por meio do desenvolvimento de habilidades específicas, que podem ser promovidas desde a mais tenra idade para que os indivíduos possam enfrentar melhor a complexa era da informação.

Neste contexto, o bibliotecário escolar, como mediador da informação, encontra o momento propício para legitimar a importância da biblioteca escolar para auxiliar a formação dessas habilidades para lidar com as informações, que tem sido denominada no Brasil, conforme explica Campello (2003), pelo termo Competência Informacional, tem sido amplamente discutida na área de Ciência da Informação e pode ser entendida como “a capacidade individual de acessar e produzir a informação, dentro de critérios de precisão e atualização, assim como o desenvolvimento do senso crítico necessário para articular essa informação e transformá-la em conhecimento” (BARI, 2010, p.350).

A biblioteca escolar pode se tornar, portanto, o *locus*, por excelência, da competência informacional e, de modo particular, observando sobre a perspectiva do usuário da biblioteca escolar, ela pode e deve se constituir como um espaço de construção da competência informacional infantil, definida como a habilidade da criança em lidar (refletir, apropriar, ressignificar) com as informações (disponíveis nos mais variados suportes e recursos) apropriadas para a sua faixa etária ou desenvolvimento cognitivo (AGUIAR, 2017).

Para tanto, cabe ao bibliotecário escolar inserir-se no cotidiano escolar, a começar pela participação na construção e atualização do Projeto Político-Pedagógico da escola para que, documentando a atuação da biblioteca escolar, coloque-a realmente como instrumento complementar do processo educativo, capaz de oferecer diversos benefícios à comunidade escolar, de modo que esta consiga, por essa parceria, alcançar seus objetivos pedagógicos.

## 2 REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

Em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada no Brasil a Lei n. 4024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que entrou em vigor em 1962 e contribuiu, apesar de suas limitações, para o desenvolvimento da educação brasileira. Cinco anos mais tarde, em 1996, surgiu a Nova LDB, Lei 9.394, que estabeleceu em seu art.12, inciso I, que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996).

Desde então, tornaram-se obrigatórios os Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP) nas escolas. E aqui, é possível entender a escola como uma “organização social, inserida num contexto local, com uma identidade e cultura próprias, um espaço de autonomia a construir e descobrir, suscetível de se materializar num projeto educativo” (CANÁRIO, 1992, citado por VASCONCELOS, 2008, p.16).

Porém, de acordo com Veiga (2005), é importante observar que a LDB apresentou uma variedade terminológica utilizando, por exemplo, proposta pedagógica (arts. 12 e 13), plano de trabalho (art. 13) e projeto pedagógico (art.14). Assim para autora, o projeto pedagógico

relaciona-se à organização do trabalho pedagógico da escola; o plano de trabalho está ligado às atividades de organização da sala de aula ou outras atividades pedagógicas e administrativas e o plano de trabalho é o detalhamento da proposta ou projeto.

Vasconcelos (2008) também destaca que não existe um consenso quanto à denominação Projeto Político-Pedagógico e pelas diferentes compreensões ou pressupostos dos educadores podem ser chamados de projeto pedagógico, proposta pedagógica, projeto educativo, projeto de escola, projeto de estabelecimento, projeto pedagógico-curricular, projeto pedagógico-administrativo, projeto pedagógico-institucional, plano escolar, plano diretor, dentre outros. Silva (2003, p.296) define o PPP como:

Um documento teórico-prático que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre os dois polos, elaborado coletivamente pelos sujeitos da escola e que aglutina os fundamentos políticos e filosóficos em que a comunidade acredita e os quais deseja praticar; que define os valores humanitários, princípios e comportamentos que a espécie humana concebe como adequados para a convivência humana; que sinaliza os indicadores de uma boa formação e que qualifica as funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola.

A utilização do termo “político” no PPP pode ser compreendida, como explica Veiga (2005, p.9) pois “seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo”.

Além disso, segundo a mesma autora, a análise do contexto externo também faz parte da construção do PPP e “consiste no estudo do meio no qual a escola está inserida e das suas interações” (VEIGA, 2005, p.10). Tal análise identifica os principais participantes que interagem com a escola observando as dimensões geográficas, políticas, econômicas e culturais.

Alguns educadores indagam se a presença do “Político” não seria redundância, uma vez que toda ação pedagógica é também política, por visar formar o cidadão. Concordamos, mas consideramos importante manter o *político* para jamais descuidarmos desta dimensão tão decisiva do nosso trabalho, não nos esquecermos dos coeficientes de poder presentes nas práticas educativas e nas suas interfaces com a sociedade como um todo. Da mesma forma, para não perdermos de vista que a algum interesse político nós sempre servimos, que não há neutralidade; se não temos um projeto explícito e assumido, com certeza estamos seguindo projeto de alguém ( que talvez até faça questão de não se manifestar para poder dominar com eficiência...) (VASCONCELOS, 2008, p.19, grifo do autor).

Veiga (1997) acrescenta que todo projeto pedagógico da escola também é político porque está ligado ao compromisso sociopolítico dos interesses coletivos de sua comunidade e ainda, pela sua responsabilidade com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 1983, p.93).

Diante desse contexto, Vasconcelos (2008) ressalta que omitir o termo “político” poderia gerar uma distorção e induzir ao engano de restringir o projeto ao seu aspecto técnico, deixando de lado o significado do ser político, que representa tomar posição diante dos conflitos da *Polis*; que afinal, significa buscar o bem comum. O autor destaca, contudo, que o termo não deve ser entendido no sentido de uma doutrina ou partido. Diante de tal realidade, entende-se que

O projeto político-pedagógico configura-se como um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando de que maneira e por quem, para chegar aos resultados desejados. Deve, para tanto, explicitar uma filosofia e harmonizar as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo-lhe autonomia e definindo-lhe o compromisso com a clientela. É a valorização da realidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. A ideia implica uma relação contratual, isto é, uma aceitação do projeto por todos os envolvidos; daí a importância de ser elaborado participativa e democraticamente (MARTINS, 2005, p.61).

Vê-se, portanto, que a dimensão política é parte fundamental do PPP, e que ele não é apenas um simples documento, mas representa um ideal, uma perspectiva da escola para alcançar os objetivos que a comunidade escolar pretende alcançar, e como afirma Veiga (2005) o PPP é não se reduz apenas à dimensão pedagógica, mas reflete a realidade da escola e o contexto que a influencia e por ela pode ser influenciado.

É por esse motivo que a biblioteca escolar também deve fazer parte desse ideal e para isso deve ser vista como um espaço importante para a prática educativa, um local que proporciona possibilidades que poderão contribuir para a realização das metas planejadas, assim como para a comunidade na qual a escola está inserida. Para tanto, os bibliotecários devem fazer parte da construção e/ou atualização dos PPPs das escolas em que atuam pois,

[...] no dia-a-dia da escola, os profissionais, do seu cotidiano, observam o que ocorre, ouvem o que é dito, leem o que é escrito, levantam questões, observam e registram tudo. Documentam o não-documentado, procurando entender como ocorrem no interior da escola e das salas de aula as relações pedagógicas, como é concebido, executado e avaliado o currículo escolar, quais atitudes, valores e crenças são perseguidos, quais as formas de organização do trabalho pedagógico (VEIGA, 2005, p.10).

Neste sentido, Veiga (2005) ainda observa que o projeto pedagógico requer uma profunda reflexão a respeito da finalidade da escola, por explicitar seu papel social e esclarecer os caminhos e ações desenvolvidas por todos os envolvidos no processo educativo. Assim,

as relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas expressas na sociedade. [...] como totalidade concreta, e, portanto, não como algo que tem existência em si, mas somente a partir da produção social de seus sujeitos, ou seja, do diálogo entre professores, alunos, funcionários, pais, direção e comunidade. [...] nessa visão de totalidade, o projeto político-pedagógico evidencia sua perspectiva ontológica ao colocar seus sujeitos concretos, que, por suas práxis objetivas, produzem a realidade enquanto sujeitos histórico-sociais de seu tempo (FAGUNDES, 2006, p. 2-3).

O bibliotecário escolar, portanto, enquanto parte da comunidade escolar, deve mostrar a esta o papel da biblioteca no projeto da escola, como ela pode contribuir, qual sua importância, sua realidade, suas necessidades, suas possibilidades de atuação, especialmente nesse contexto histórico atual, marcado pela tecnologia da informação, e especialmente pelo excesso de informação, espaço de atuação importante de mediação para a biblioteca escolar. Para isso, o bibliotecário precisa tomar conhecimento das necessidades informacionais de sua comunidade escolar, e para André (1995 citado por VEIGA, 2005 p.10)

Conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia-a-dia, apreendendo as forças que a impulsionam ou que a retém, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar, analisando a dinâmica de cada sujeito nesse complexo interacional.

Ter esse conhecimento, significa, portanto, compreender a dimensão pedagógica e didática da escola, muitas vezes, não aprendida nos cursos de biblioteconomia brasileiros. É preciso descobrir como se elabora o PPP, qual seu objetivo, suas características e importância. A partir disso, inserir a biblioteca escolar nesse documento deve ser o objetivo de todo bibliotecário, pois tal realidade possibilitará tanto legitimar a atuação da biblioteca enquanto espaço educativo na escola, quanto a função do bibliotecário quanto educador. Assim, de acordo com o quadro 01, é possível compreender as principais características do PPP:

**Quadro 01 – Características do Projeto Político-Pedagógico**

<b>Características do Projeto Político-Pedagógico</b>	
Quanto à abrangência	Ampla, integral, global. É o mais abrangente no nível que está se planejando; funciona como uma espécie de “guarda-chuva para outros projetos, acolhendo, dando unidade e organicidade.
Quanto à duração	Longa. Normalmente, a programação prevê atividades para todo o ano, ou mesmo para vários anos.
Quanto à participação	Coletivo, democrático. Embora conte – e até tenha como base – com a participação individual, vai muito além dela, na medida em que implica o envolvimento efetivo dos vários membros que compõem a instituição, bem como da comunidade educativa.
Quanto à concretização	Processual. Não se esgota na elaboração um texto ou documento, ou na realização de uma atividade. Vivencia a dialética instituído-instituente. Pauta-se no exercício crítico, na avaliação permanente, na articulação constante entre ação-reflexão-ação. Está, portanto, sempre sendo (re)construído.

**Fonte: Vasconcelos (2008, p.18)**

E para a construção do PPP, Veiga (2005) destaca a existência de três atos, distintos, porém interdependentes:

- a) O ato situacional: descreve a realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional da instituição, identificando dados demográficos, recursos, prioridades, enfim, forças e fraquezas que influenciam seu movimento interno.
- b) O ato conceitual: se refere à visão conceitual sobre o homem, a sociedade, educação, a escola, o currículo, o ensino e a aprendizagem.
- c) O ato operacional: mostra como se deve ser realizada a ação, isto é, apresenta as decisões que foram tomadas para atingir os objetivos almejados e as metas estabelecidas.

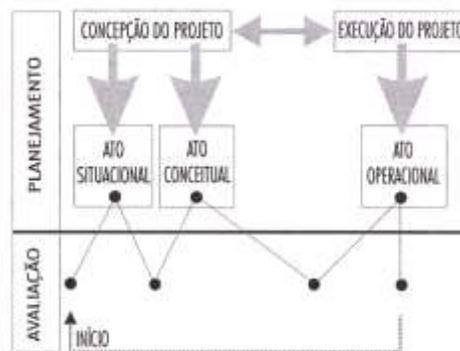
**Figura 1 - Processo de construção do Projeto Político-pedagógico**



Fonte: Veiga, (2005, p.27)

A avaliação, conforme a figura 2, é concebida como um acompanhamento de qualidade em todos os momentos do planejamento (concepção e execução). Desse modo, “as relações de planejamento e avaliação do projeto político-pedagógico implicam que as decisões das várias etapas do planejamento se apoiem em avaliação. A avaliação é ponto de partida e ponto de chegada” (VEIGA, 2005, p.28).

**Figura 2 - Relação entre planejamento e avaliação do PPP**



Fonte: Veiga (2005, p. 29)

Para Villas Boas (2005), dentre tantos fatores, o PPP é importante, porque como cada escola é única, e atende alunos com características específicas e necessidades próprias, o PPP permite que os diferentes profissionais que nela atuam e que também possuem diferentes experiências e percepções de sociedade, educação, escola e aprendizagem, tornem o ambiente educacional um local singular de trabalho, com um jeito próprio de organização do espaço e da

produção das ideias. Porém, algumas características são consideradas gerais a todas as escolas, conforme quadro a seguir.

Sobre a importância do PPP para a escola, acredita-se que os bibliotecários escolares já possuem uma consciência, inicialmente pela noção de seu valor documental, assim como a Política de indexação ou a Política de Desenvolvimento de Coleções possuem para a biblioteca. Mas além disso, os bibliotecários precisam aprofundar seus conhecimentos acerca do valor identitário para cada escola e da importância para a construção de um ensino de qualidade.

Para que a biblioteca escolar usufrua de todos os benefícios proporcionados pelo PPP na escola, faz-se necessário que esta seja inserida em toda a sua concepção e elaboração. De acordo com Villas Boas (2005) a formulação do projeto político-pedagógico não é novidade para as escolas brasileiras, no entanto, tal prática, vem sendo adotada, sem apoio, sistematização e registros esperados, e principalmente nas escolas públicas esse trabalho costuma ser desenvolvido com mais precariedade.

Tal realidade se agrava em se tratando de bibliotecas escolares, pois é de conhecimento geral, que grande parte das escolas públicas brasileiras não possuem o profissional bibliotecário para gerenciar suas bibliotecas, e assim, a falta desse profissional na hora de desenvolver o PPP (quando desenvolvido) gera também uma deficiência pedagógica, didática e também de recursos, para estes espaços (quando existem) na maioria destas escolas.

O bibliotecário deve, portanto, compreender como se dá a elaboração do PPP, a fim de oferecer sua contribuição em todas as etapas de seu desenvolvimento, para legitimar sua atividade e espaço de atuação na escola. Campello (2009, p. 99) evidencia que

A biblioteca é imprescindível porque ela se torna um grande aliado no desenvolvimento dos projetos pedagógicos, ocupando assim, lugar de destaque na instituição, fornecendo informação e criando perspectivas para a dinamização do saber na escola, de modo que a ação e interação aconteçam.

Santos (2013, p. 2971) acrescenta que

No que diz respeito à importância da biblioteca no ambiente educacional e no construto das ações do PPP, deveria ser um lugar para desenvolver e “fortificar” as competências necessárias para sobreviver na sociedade da informação, na qual o uso intensificado de tecnologias da informação e comunicação pudessem ser uma constante nas relações com as pessoas, não apenas um lugar de guarda, empréstimo ou devolução de materiais.

A elaboração do PPP deve ser mantida numa abordagem fundada em princípios, especialmente quando se trata da escola pública. Para Veiga (1997) é fundamental que se tenha em vista: a igualdade de condições para acesso e permanência na escola; a qualidade formal ou técnica e a qualidade política que garanta o desempenho satisfatório a todos; a gestão democrática que implica na participação coletiva e crítica que abrange a dimensão pedagógica, administrativa e financeira; a liberdade para aprender, ensinar, pesquisar definida de forma intencional pela coletividade e a valorização do magistério que significa a melhoria da qualidade das condições de trabalho, remuneração, aperfeiçoamento permanente de todos os profissionais que trabalham na escola.

Estes princípios devem ser estabelecidos no PPP e a biblioteca escolar, assim como o bibliotecário podem e devem ser inseridos em todos os princípios:

**Quadro 02 – Princípios do Projeto Político-Pedagógico e a biblioteca escolar**

Igualdade		A biblioteca escolar deve estar aberta a toda comunidade escolar sem distinção. Permitindo o acesso de todos à informação, favorecendo a inclusão social e digital.
Qualidade	Formal ou Técnica	- O acesso aos materiais e recursos que possibilitam conhecimento de técnicas e procedimentos que possam agregar os conteúdos apresentados em sala de aula.
	Política	- Desenvolvimento de capacidade crítica por meio do contato com as mais variadas fontes de informação, gêneros literários e recursos tecnológicos.
Gestão democrática		- Participação do bibliotecário na prática administrativa da escola, oferecendo propostas de atuação que possam beneficiar a escola e a comunidade através dos serviços e produtos da biblioteca escolar.
Liberdade		- Liberdade de intervenção da biblioteca escolar no espaço educativo, como auxiliadora do processo pedagógico.
Valorização do magistério		- Possibilidade de valorização do profissional bibliotecário na escola e de formação continuada desse profissional para melhor contribuir para as necessidades específicas da comunidade.

**Fonte: Elaboração própria (2017)**

### *3 CONSIDERAÇÕES FINAIS*

Diante dessas possibilidades de inserção da biblioteca escolar no contexto educacional e de atuação do bibliotecário na elaboração, atualização e execução do PPP, entende-se que uma postura proativa, faz parte de uma iniciativa que precisa ser construída na trajetória de cada profissional. Para Campello (2009, p. 26)

o bibliotecário escolar, [...] embora tendo consciência de seu papel pedagógico, não deu ainda o salto para uma ação educativa mais ampla, representada pelo envolvimento em atividades de letramento informacional. Entretanto, consideramos que a situação acima descrita pode estar em processo de modificação.

O que se espera é que realmente esse processo seja modificado nos próximos anos, nessa grande expectativa de atuação que surge para os bibliotecários escolares com a lei 12.144. Pois não basta existir a lei, é necessária uma mudança de postura, e a capacidade de compreender a importância do trabalho colaborativo que a biblioteca escolar deve oferecer. É preciso conscientizar-se que

O bibliotecário que tem atitude de colaborar para a formação do cidadão, agirá como um importante agente de transformação social. Portanto “o papel do bibliotecário escolar é o de um educador também, embora não atue na sala de aula tradicional; ainda assim, é um professor no desempenho de suas funções informativas, não funções tecnicistas” (MACEDO, 2005, p.351).

Tal importância começa a receber destaque nas reflexões acadêmicas conforme pode ser visto na recente dissertação de GONZAGA (2017) intitulada “Biblioteca escolar e projeto político-pedagógico: um estudo de caso”. Neste trabalho a autora demonstra o enfoque dado a

biblioteca escolar no PPP de uma escola da cidade de Presidente Prudente em São Paulo. Para a autora,

[...] é mister que a biblioteca escolar esteja envolvida no planejamento da instituição educacional, devendo, portanto, estar presente no projeto político-pedagógico da escola, de forma que os profissionais possam participar desse projeto e do planejamento pedagógico diário da instituição e sejam desenvolvidas não só atividades de apoio ao aluno e ao professor, mas também que a biblioteca possa ser um dos espaços que venha instigar o trabalho interdisciplinar e a ampliação do conhecimento para além dos conteúdos escolares (GONZAGA, 2017, p.55).

No entanto, uma vez que segundo Veiga (2005, p.14) “a adesão à construção do projeto não deve ser imposta e sim conquistada por uma equipe coordenadora, compromissada e consequente” o bibliotecário não vai conseguir impor a sua presença, mas deve conquistá-la por sua eficiência, habilidade de trabalhar em grupo e pela capacidade de apresentar a biblioteca escolar como um espaço fundamental para que a escola se desenvolva intelectualmente, culturalmente e socialmente.

Assim, acredita-se que a revisão de literatura apresentada neste estudo, permitiu a conclusão de que existem diversas formas de atuação do bibliotecário escolar no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola e que esta atuação torna-se essencial para a legitimação da função educativa da biblioteca escolar. É preciso ressaltar, portanto, que o devido cumprimento desta função, é um instrumento eficaz que a biblioteca possui para o incentivo à promoção da competência informacional infantil e conseqüentemente será mais uma forma de valorizar a biblioteca na comunidade escolar.

Mas isso só acontecerá, se os braços se descruzarem, se os passos passarem a se direcionar para fora das paredes da biblioteca, se os olhos atravessarem a falta de recursos, se o desejo de realmente contribuir para o desenvolvimento da escola estiver impregnado na prática cotidiana de cada bibliotecário escolar.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, N.C. **Contação de histórias e competência informacional infantil**. In.: ENCONTRO DE CONTADORES DE HISTÓRIA DE SERGIPE, 7., 2013, Aracaju: Biblioteca Pública Infantil, 2017.

BARI, V. A. A inclusão social e a competência informacional: uma situação universitária.

**Interdisciplinar**, Sergipe, n. 5, v. 10, p. 343-360, jan/jun. 2010. Disponível em:

<[http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ\\_INTER\\_11/INTER11\\_28.pdf](http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_11/INTER11_28.pdf)>.

Acesso em 13 set. 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 03 ago. 2017.

CAMPELLO, B.S. **Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de Ensino Básico.** 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2009.

FAGUNDES, M.C. V. A totalidade como categoria fundamental na construção de um projeto político-pedagógico. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 13, 2006, Recife. **Painel.** Recife: UFP, 2006. Disponível em: <[http://www.13endipe.com/paineis/paineis\\_autor/T1421-2.doc](http://www.13endipe.com/paineis/paineis_autor/T1421-2.doc)>. Acesso em: 04 jan. 2007.

GONZAGA, M. M. **Biblioteca escolar e projeto político-pedagógico: um estudo de caso.** 2017. 144f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/Unesp, campus de Presidente Prudente/SP, Presidente Prudente, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150624>>. Acesso em 02 ago. 2017.

MACEDO, N. D. (Org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual.** São Paulo: SENAC; Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª região, 2005.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1983.

SILVA, M. A. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dez., 2003.

VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 9. ed. São Paulo: Libertad, 2008.

VEIGA, I.P.A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In.: VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G (Orgs). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** 8.ed. Campinas, Papirus, 2005. p. 9-32.

\_\_\_\_\_. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In.: VEIGA, I.P.A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. p.11-36.

VILLAS BOAS, B.M.F. O projeto político-pedagógico e a avaliação. In.: VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G (Orgs). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** 8.ed. Campinas, Papirus, 2005. p. 179-198.